



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver os Cadernos de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto seguinte.

Os doutores do pessimismo

Não é preciso ser um grande gênio para constatar que vivemos num mundo bárbaro, que o ser humano é capaz das maiores atrocidades, que a vida é feita de competição, inveja, egoísmo e crueldade. Ninguém precisa ter vivido num campo de prisioneiros na Sibéria nem ter sido moleque em região violenta de uma grande cidade para saber disso. Mas virou moda, entre muitos intelectuais e jornalistas, anunciar uma espécie de "visão trágica" do mundo, como se se tratasse da mais surpreendente novidade.

Com certeza há nisso uma reação saudável contra o excesso de otimismo. Nada mais correto do que denunciar o horror. O que me parece estranho é que, mais que denunciar o horror, esses pensadores trágicos e jornalistas sombrios gostam de destruir as esperanças. O reconhecimento do Mal, a percepção de que ninguém é "bonzinho" e de que a realidade é uma coisa dura e feia vão-se transformando em algo próximo do fascínio. E, com diferentes níveis de elaboração e de cortesia pessoal, esses autores tendem a fazer do fascínio uma estratégia de choque.

Quanto mais chocarem o pensamento corrente (que considera ruim bombardear crianças e bom defender a Amazônia, por exemplo) mais ganharão em originalidade, leitura e cartas de protesto. Parece existir uma competição nas páginas dos jornais e na Internet para ver quem conseguirá ser o mais "durão", o mais "realista", o mais desencantado. Será chamado de ingênuo ou nostálgico todo aquele que quiser algo melhor do que o mundo em que vive. Então, aquilo que deveria ser ponto de partida se torna ponto de chegada: o horror e a crueldade fazem parte da paisagem. Melhor assim, quem sabe: "nós, pelo menos, tiramos disso a satisfação de não sermos ingênuos". Você está esperançoso com a vitória de Obama? Ouço um risinho: "que otário". Você quer que se preservem as reservas indígenas da Amazônia? Mais um risinho: os militares brasileiros entendem mais do problema do que você, que pensa ser bonzinho mas é tão malvado como nós. "Pois o ser humano é mau, desgraçado e infeliz desde que foi expulso do Paraíso. Você não sabe disso?"

O que sei é que algumas pessoas foram expulsas do Paraíso para morar numa mansão em Beverly Hills e outras para morar em Darfur ().*

(Adaptado de Marcelo Coelho, **Folha de S. Paulo**, 21/01/2009)

(*) *Beverly Hills* = rica cidade da Califórnia; *Darfur* = região pobre e conflituosa do Sudão.

1. O autor do texto insurge-se contra intelectuais e jornalistas que
 - (A) desconfiam de quem dissemina um excesso de pessimismo.
 - (B) denunciam as grandes atrocidades perpetradas pelo homem.
 - (C) defendem com radicalismo a preservação das reservas indígenas da Amazônia.
 - (D) propagam seu fascínio por uma visão de mundo desencantada.
 - (E) usam o pessimismo como estratégia para a defesa de boas causas.

2. O autor faz ver que, no afã de defenderem suas convicções, os *doutores do pessimismo*
 - (A) passam a se apoiar em valores do senso comum, na esperança de obterem um maior apoio de seus fiéis leitores.
 - (B) costumam ver na manifestação do horror um fato natural e consumado, em vez de tomá-la como estímulo a uma reação.
 - (C) acham desafortunadas tanto as pessoas que moram em Beverly Hill como as que moram em Darfur.
 - (D) posam de nostálgicos nas páginas dos jornais, para provocar polêmicas e cartas de protesto dos leitores.
 - (E) hesitam em considerar como boas as notícias que a maioria das pessoas não teve dúvida em julgar auspiciosas.

3. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. Embora ache saudável a denúncia das barbaridades do mundo, o autor se espanta com o prazer que isso dá a intelectuais e jornalistas que gostam de cultivar a desesperança.
 - II. Os *doutores do pessimismo* parecem atribuir a si mesmos, segundo o autor do texto, a qualidade de *realistas*, que fazem questão de se opor a quem alimenta esperanças de um mundo melhor.
 - III. No último parágrafo, com alguma ironia, o autor apresenta uma réplica à ideia de que todos os seres humanos estão, igualmente, condenados à infelicidade.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

 - (A) I, II e III.
 - (B) I e II, somente.
 - (C) II e III, somente.
 - (D) I e III, somente.
 - (E) I, somente.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *uma espécie de "visão trágica" (1º parágrafo) = tipo uma perspectiva sinistra.*
- (B) *diferentes níveis de elaboração (2º parágrafo) = incongruentes planos de efetivação.*
- (C) *uma estratégia de choque (2º parágrafo) = a tática de uma admoestação.*
- (D) *tiramos disso a satisfação (3º parágrafo) = excluímos assim o prazer.*
- (E) *fazem parte da paisagem (3º parágrafo) = estão integrados ao mundo.*
-
5. Uma nova e correta redação da frase:
- (A) *Não é preciso ser um grande gênio para constatar que vivemos num mundo bárbaro será **Ainda que não seja um grande gênio, pode-se verificar de que nosso mundo é bárbaro.***
- (B) *Com certeza há nisso uma reação saudável contra o excesso de otimismo será **Há por isso, com certeza, um salutar desvio ao excesso do otimismo.***
- (C) *Quanto mais chocarem o pensamento corrente, mais ganharão em originalidade será **Tanto mais forem de encontro às ideias que circulam, tanto mais serão criativos.***
- (D) *Será chamado de ingênuo ou nostálgico todo aquele que quiser algo melhor do que o mundo em que vive será **Ver-se-á como puro e saudoso qualquer um que pretender habitar o melhor dos mundos.***
- (E) *Os militares brasileiros entendem mais do problema do que você, será **Ao contrário de você, são os militares que entendem bem de tal problema.***
-
6. A frase em que há **incorreção** quanto à concordância verbal é:
- (A) Não espantarão as atrocidades do nosso mundo a quem já conhece as crueldades de que um homem é capaz.
- (B) Nenhum de nós se obrigará a viver num campo de prisioneiros da Sibéria para poder avaliar quão bárbaro é este nosso mundo.
- (C) Costumam chocar os pensamentos correntes todo aquele que esteja interessado em promover sua marca de originalidade.
- (D) Assiste-se a tantos tristes espetáculos neste mundo que muitos passam a difundir uma visão inteiramente desaperaçada de tudo.
- (E) Interessou ao autor explorar os drásticos contrastes que há entre os que moram em Beverly Hills e os que vivem em Darfur.
-
7. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) Otário é você, que confia de que Obama faça um governo competente, de cujo não há ainda qualquer indício.
- (B) Prefira-se morar em Beverly Hills do que morar em Darfur; a esta região falta tudo o que aquela não falta.
- (C) Esses doutores, de cujo pessimismo todos conhecem, estão sempre aplicados com a difusão fascinada dos horrores.
- (D) É como se a barbárie e a crueldade, às quais esses doutores assistem com indiferença, fossem fenômenos cujo horror devesse ser naturalizado.
- (E) O autor está convicto que tais doutores representam um radical pessimismo, de cujo parecem orgulhar-se de ostentar.
-
8. Transpondo-se para a voz passiva a construção dada, chega-se à forma verbal indicada entre parênteses em:
- (A) *para constatar que vivemos num mundo bárbaro (...)* (**seja constatado**)
- (B) *Quanto mais chocarem o pensamento corrente (...)* (**estiver chocando**)
- (C) *bom defender a Amazônia (...)* (**tenha sido defendida**)
- (D) *virou moda anunciar uma espécie de visão trágica (...)* (**ter anunciado**)
- (E) *Ouçou um risinho (...)* (**foi ouvido**)
-
9. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Marcelo Coelho, jornalista, não hesitou a contrapor-se com seus colegas de imprensa, nos quais surpreende uma dose exagerada de pessimismo, com o qual não haveria remissão possível.
- (B) Provavelmente Marcelo Coelho já se havia sentido alvo de mofa ou de zombaria, por parte de colegas seus, que julgando ele um ingênuo, elegiam-se ao mesmo tempo enquanto mestres do pessimismo.
- (C) O autor do texto promoveu uma espécie de diagnóstico, daqueles que, na imprensa, optando na estratégia do pessimismo veem nela a reação saudável de quem não seja necessariamente ingênuo.
- (D) A indiferença da Amazônia, bem como considerar admissível que crianças sejam bombardeadas, não são ingenuidades, para o autor, mas demonstração de quem não concorda com a barbárie.
- (E) O autor do texto não hesita em alinhar-se entre aqueles que, embora cientes dos horrores deste mundo, cultivam a expectativa de uma vida melhor, anunciada por fatos promissores.



10. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

- (A) Será preciso manifestar-se um grande gênio para que se viesse a ter conhecimento dos males que assolam nosso mundo?
- (B) Fosse preciso viver em Darfur para depois desfrutar do nível de vida de Beverly Hills, a muita gente ocorreria passar algum tempo naquela região.
- (C) Ninguém precisará viver num campo de refugiados, se quisesse conhecer a fundo a miséria humana, com seu repertório de violências.
- (D) A vitória de Obama passou a representar, para um sem-número de pessoas, uma perspectiva de mudança com que elas já não contassem.
- (E) Aquele que vier a confundir esperança com ingenuidade provavelmente nunca se interessasse em distinguir entre oportunismo e pessimismo.

11. O pessimismo não é raro, nem difícil; encontramos o pessimismo por toda parte, pois não faltam, em nosso cotidiano, razões para que se alimente o pessimismo em suas versões mais drásticas, assim como não fazem questão de abandonar o pessimismo aqueles que acabaram se acostumando com ele.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) encontramos-lo - se o alimente - abandoná-lo
- (B) encontramos-lo - se lhe alimente - o abandonar
- (C) o encontramos - se alimente-o - lhe abandonar
- (D) encontramos-lhe - alimente-se a ele - abandoná-lo
- (E) lhe encontramos - se o alimente - abandonar-lhe

12. Quanto mais chocarem o pensamento corrente (...), mais ganharão em originalidade, leitura e cartas de protesto.

A relação estabelecida pelos dois elementos sublinhados na frase acima mantém-se na que travam os elementos sublinhados em:

- (A) Ora você parece conservador, ora faz pose de revolucionário.
- (B) Já dizia um desses velhos provérbios: maior a altura, maior o tombo.
- (C) Ele é tão mais otimista que seus companheiros de geração...
- (D) Seja por excesso de escrúpulos, seja por falta deles, ela sempre age de modo estranho.
- (E) Assim como há pessimistas empedernidos, assim também não faltam otimistas ingênuos.

Atenção: As questões de números 13 a 20 referem-se ao texto que segue.

Entre ações e acionistas

Nosso velho Machado de Assis não cansa de nos passar lições sobre a atualidade – ele, que morreu há mais de cem anos. Há mesmo quem diga que o velhinho está escrevendo cada vez melhor... Essa força vem, certamente, da atualização, sempre possível e vantajosa, dos escritos machadianos. Melancolicamente, isso também significa que a história da humanidade não avançou tanto, pelo menos não a ponto de desmentir conclusões a que Machado chegou em seu tempo.

Num de seus contos, lembra-nos o escritor que os homens, sobretudo os de negócios, costumam reunir-se em associações empresariais, mas cada um dos acionistas não cuida senão de seus dividendos... A observação é ferina, pelo alcance que lhe podemos dar: é o egoísmo humano, afinal de contas, que está na origem de todas as nossas iniciativas de agrupamento e colaboração. É o motor do interesse pessoal que nos põe em marcha na direção de um objetivo supostamente coletivo.

Haverá muito exagero, talvez, nessa consideração machadiana – mas ela não deixa de ser instigante, obrigando-nos a avaliar os reais motivos pelos quais tantas vezes promovemos agrupamentos e colaborações. É como se Machado desconfiasse da pureza ética do nosso suposto desprendimento e preferisse vasculhar em nosso íntimo a razão verdadeira de cada ato.

Com a referência às ações e aos acionistas, o escritor pôs a nu o sentido mesmo do capitalismo, esse sistema econômico ao qual todos aderem para garantir sua parte. A crise que se abateu recentemente sobre os Estados Unidos, com repercussão mundial, provou que, quando todos só querem ganhar, todos podem perder, e o decantado associacionismo acaba revelando seu rosto mais cruel. Talvez seja melhor torcermos para que Machado nem sempre tenha razão.

(Júlio Ribamar de Castilho, inédito)

13. É correto afirmar, analisando o desenvolvimento do texto, que o autor,

- (A) no 1º parágrafo, refere-se com reverência a Machado de Assis, embora não adiante ainda qualquer razão que a justifique.
- (B) no 2º parágrafo, ressalta a razão pela qual Machado de Assis julgou que seus contemporâneos eram homens piores que os de outras épocas.
- (C) no 3º parágrafo, ressalva a veracidade da observação machadiana sobre os acionistas, chegando a considerá-la inoportuna.
- (D) no 4º parágrafo, comprova afirmações suas anteriores, mostrando como o curso da História revigora a atualidade das convicções machadianas.
- (E) em cada um dos parágrafos, acentua a importância de Machado de Assis para os estudos mais especulativos sobre Ética.



14. Atente para as seguintes afirmações:
- I. O egoísmo humano, segundo nos lembra um dos contos machadianos, exemplifica-se bem nas iniciativas em que é a maior rentabilidade individual o motivo mesmo da criação de associações.
 - II. O fato de serem excessivamente pessimistas as considerações machadianas sobre os interesses humanos acaba resultando em que suas lições despertam interesse diminuído a cada dia.
 - III. Se as convicções de Machado se mostrarem cada vez mais acertadas, servirão de argumento para quem deseje sustentar o desprendimento pressuposto ao sistema capitalista.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em:
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II.
 - (E) I.
15. Depreende-se da leitura do texto que o autor, ao analisar a contribuição de Machado de Assis, conclui que é boa lição
- (A) encararmos nossos defeitos, para tentarmos repará-los contando com ajuda do próximo.
 - (B) esquecermos nossas fraquezas, para que melhor possamos nos concentrar em nossas virtudes.
 - (C) reconhecermos, por difícil que isso seja, os móveis reais da conduta que apreciamos dar como virtuosa.
 - (D) analisarmos, com o desprendimento que nos é habitual, as situações críticas em que podemos interferir positivamente.
 - (E) ponderarmos que as vantagens materiais não compensam nossas mazelas espirituais, por lucrativa que seja uma atividade.
16. *Haverá muito exagero, talvez, nessa consideração machadiana – mas ela não deixa de ser instigante (...).*
- Reescrevendo-se a frase acima, começando-se por *Essa consideração machadiana não deixa de ser instigante*, a correção e o sentido não serão prejudicados com esta complementação:
- (A) por conta, talvez, de seu grande exagero.
 - (B) conquanto seja talvez bastante exagerada.
 - (C) haja vista seja, quem sabe, muito exagerada.
 - (D) até porque há nela bastante exagero.
 - (E) no caso de que nela possa haver exagero.
17. Os dois segmentos destacados constituem, na ordem dada, a relação indicada entre parênteses na seguinte alternativa:
- (A) *A observação é ferina / pelo alcance que lhe podemos dar* (consequência e causa)
 - (B) *não cansa de nos passar lições sobre a atualidade / ele, que morreu há mais de cem anos.* (hipótese e confirmação)
 - (C) *a história da humanidade não avançou tanto / pelo menos não a ponto de desmentir conclusões a que Machado chegou em seu tempo.* (tese e rejeição da tese)
 - (D) *os homens costumam reunir-se em associações empresariais / mas cada um dos acionistas não cuida senão de seus dividendos* (opinião e fato)
 - (E) *Talvez seja melhor torcermos / para que Machado nem sempre tenha razão* (causa e consequência)
18. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) A obra machadiana, com a qual (**vir**) instruindo-se os leitores, tem um alcance analítico inexcedível.
 - (B) (**ter**) impressionado a um sem-número de leitores suas implacáveis interpretações do comportamento humano.
 - (C) Talvez não se (**adequar**) ao espírito mesmo da obra de Machado os louvores agradecidos que lhe endereçam alguns leitores.
 - (D) Muitos creem que (**comportar**) cada um de seus pequenos contos incontáveis ensinamentos de vida.
 - (E) Entre os contos machadianos que mais se (**ler**) está, sem dúvida, o intitulado "Missa do galo".
19. A pontuação está inteiramente adequada na seguinte frase:
- (A) Ai de quem por amor à ilusão, queira enxergar em si mesmo somente desprendimentos, quando Machado já nos alertou, para que vejamos se atrás de cada justificativa alegada, não vigora o motivo real.
 - (B) Ai de quem, por amor à ilusão queira enxergar em si mesmo, somente desprendimentos, quando Machado já nos alertou para que vejamos se atrás de cada justificativa, alegada, não vigora o motivo real.
 - (C) Ai de quem, por amor à ilusão, queira enxergar em si mesmo somente desprendimentos, quando Machado já nos alertou para que vejamos se, atrás de cada justificativa alegada, não vigora o motivo real.
 - (D) Ai de quem por amor, à ilusão, queira enxergar em si mesmo somente desprendimentos, quando Machado já nos alertou para que vejamos, se atrás de cada justificativa alegada não vigora o motivo real.
 - (E) Ai, de quem por amor à ilusão, queira enxergar em si mesmo, somente desprendimentos, quando Machado já nos alertou, para que vejamos se atrás de cada justificativa alegada, não vigora o motivo real.
20. Está coerente, clara e correta a redação da frase:
- (A) Já fazem mais de cem anos que Machado de Assis passa-nos lições que, longe de envelhecerem, ainda assim parecem atuais.
 - (B) Não se deve culpar a Machado por amiudados exageros nas análises que tão implacável quanto ponderadamente exerce sobre nosso caráter.
 - (C) Os leitores que vão de encontro às ideias machadianas só o fazem por que identificam-se quase de modo acrítico com as mesmas.
 - (D) Ao invés de condenar-se Machado pelo pessimismo de seu pensamento faria melhor quem o louvasse pelo discernimento do mundo real.
 - (E) O saldo das análises que faz Machado do nosso comportamento não é alentador para a alma, mas instiga nosso pensamento crítico.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

<p>21. É constitucional a imposição de pena</p> <p>(A) de caráter perpétuo. (B) de trabalhos forçados. (C) de banimento. (D) de perda de bens. (E) cruel.</p>	<p>26. Pode-se citar como exemplo de direito fundamental que apenas se exerce coletivamente</p> <p>(A) a liberdade de profissão. (B) o direito de propriedade. (C) a liberdade de crença. (D) a liberdade de expressão do pensamento. (E) a liberdade de reunião.</p>
<p>22. De acordo com a Constituição Federal, o voto é facultativo para</p> <p>(A) os analfabetos. (B) os militares. (C) os maiores de sessenta e cinco anos. (D) os estrangeiros residentes no país há mais de vinte anos. (E) aqueles que tenham seus direitos políticos cassados por sentença judicial transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.</p>	<p>27. A nacionalidade brasileira pode ser adquirida</p> <p>(A) somente por aqueles nascidos em território nacional, independentemente da nacionalidade dos pais. (B) somente por aqueles nascidos de mãe e pai brasileiros, ainda que em território estrangeiro. (C) somente por aqueles nascidos em território nacional, filhos de mãe ou pai brasileiros. (D) também pelos nascidos no estrangeiro, filhos de mãe ou pai brasileiro, que venham a residir no Brasil e optem, a qualquer tempo, após a maioridade, pela nacionalidade brasileira. (E) também pelos originários de países de língua portuguesa, independentemente do tempo de residência no Brasil.</p>
<p>23. A Constituição Federal, ao tratar dos partidos políticos, determina que</p> <p>(A) podem assumir caráter regional, nos termos da lei. (B) podem receber recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros, nos termos da lei. (C) é livre a sua criação, fusão, incorporação e extinção, independentemente de autorização prévia da autoridade administrativa ou judicial. (D) têm autonomia para dispor sobre o regime de suas coligações eleitorais, sendo, no entanto, obrigatória a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal. (E) adquirem personalidade jurídica após o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.</p>	<p>28. Considerando as atribuições constitucionais do Presidente da República, pode ser objeto de delegação a Ministro de Estado</p> <p>(A) a sanção e a promulgação das leis. (B) a concessão do indulto e a comutação de penas. (C) a iniciativa do processo legislativo nos casos previstos na Constituição. (D) o veto total ou parcial aos projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional. (E) o decreto e a execução da intervenção federal.</p>
<p>24. Não se encontra entre os direitos sociais previstos na Constituição Federal o direito</p> <p>(A) à moradia. (B) ao lazer. (C) à previdência social. (D) ao trabalho. (E) ao contraditório e ampla defesa.</p>	<p>29. O Presidente da República será julgado</p> <p>(A) nas infrações penais comuns, pelo Superior Tribunal de Justiça. (B) nas infrações penais comuns, pelo Supremo Tribunal Federal. (C) nas infrações penais comuns, pelo Tribunal Superior Eleitoral. (D) nos crimes de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal. (E) nos crimes de responsabilidade, pela Câmara dos Deputados.</p>
<p>25. Considerando a distinção entre direitos e garantias de direitos, é correto dizer que</p> <p>(A) o direito à inviolabilidade de domicílio é garantia do direito à igualdade. (B) a vedação de confisco é garantia da liberdade de associação. (C) o direito do desapropriado ao recebimento de justa e prévia indenização em dinheiro é garantia do direito de propriedade. (D) a vedação às penas cruéis é garantia do direito à legalidade. (E) a proteção aos locais de cultos religiosos é garantia da liberdade de locomoção.</p>	<p>30. O decreto ilegal de prisão civil pode ser contestado judicialmente por meio de</p> <p>(A) <i>habeas corpus</i>. (B) mandado de segurança. (C) <i>habeas data</i>. (D) ação popular. (E) mandado de injunção.</p>



<p>31. Considerando as normas constitucionais a respeito da segurança pública é correto dizer que</p> <p>(A) às polícias civis compete a apuração das infrações penais, inclusive as militares, entre outras atribuições.</p> <p>(B) às polícias militares compete a polícia judiciária, entre outras atribuições.</p> <p>(C) as polícias militares e corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do Exército.</p> <p>(D) à polícia federal cabe a repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, que não poderá ser exercida pelas polícias civis.</p> <p>(E) cabe à polícia militar exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteira, entre outras atribuições.</p>	<p>35. Em matéria de responsabilidade do servidor público, aplica-se a regra de que</p> <p>(A) não se pode questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.</p> <p>(B) a decisão criminal não interfere com as instâncias civil ou administrativa.</p> <p>(C) a decisão criminal interfere com as instâncias civil ou administrativa em matéria de existência do fato, mas não de autoria.</p> <p>(D) a decisão criminal interfere com as instâncias civil ou administrativa em matéria de autoria, mas não de existência do fato.</p> <p>(E) a decisão criminal interfere com a instância civil, mas não com a administrativa.</p>
<p>32. Relativamente ao direito de propriedade, prevê a Constituição da República que, no caso de iminente perigo público,</p> <p>(A) não existem garantias ao direito de propriedade.</p> <p>(B) a propriedade privada somente poderá ser utilizada pela administração pública caso seja desapropriada por necessidade ou utilidade pública.</p> <p>(C) pode o indivíduo impedir a utilização de seu imóvel pelo poder público, caso a propriedade seja considerada bem de família.</p> <p>(D) a administração pública poderá usar de propriedade particular, desde que por decisão judicial transitada em julgado.</p> <p>(E) a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.</p>	<p>36. É exemplo que se refere ao poder regulamentar, em matéria de competências do Presidente da República,</p> <p>(A) exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.</p> <p>(B) vetar projetos de lei, total ou parcialmente.</p> <p>(C) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.</p> <p>(D) expedir decretos e regulamentos para fiel execução das leis.</p> <p>(E) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>33. É exemplo de ente integrante da Administração indireta, em termos da organização administrativa brasileira,</p> <p>(A) um Ministério.</p> <p>(B) uma associação pública.</p> <p>(C) uma organização da sociedade civil de interesse público.</p> <p>(D) uma organização social.</p> <p>(E) o Distrito Federal.</p>	<p>37. Exerce poder hierárquico, no sentido tradicional do Direito administrativo,</p> <p>(A) um Governador de Estado em relação a um Prefeito de Município daquele Estado.</p> <p>(B) o Presidente da República em relação a um presidente de autarquia federal.</p> <p>(C) o Governador de Estado em relação ao Presidente do Tribunal de Justiça daquele Estado.</p> <p>(D) o Presidente da República em relação ao Presidente do Congresso Nacional.</p> <p>(E) um Prefeito de Município em relação a um Secretário daquele Município.</p>
<p>34. Segundo a Constituição Federal, as funções de confiança</p> <p>(A) não podem mais ser criadas, devendo as existentes ser extintas quando de sua vacância.</p> <p>(B) são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo em comissão.</p> <p>(C) são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.</p> <p>(D) não podem mais ser criadas, tendo sido as existentes extintas em 5 de outubro de 1988.</p> <p>(E) são exercidas exclusivamente por pessoas que não possuem vínculo com a Administração Pública.</p>	<p>38. É elemento estranho a um rol de atos administrativos de caráter normativo</p> <p>(A) decreto.</p> <p>(B) portaria.</p> <p>(C) resolução.</p> <p>(D) decreto-lei.</p> <p>(E) instrução normativa.</p>



39. Nos termos da legislação federal aplicável à matéria dos atos administrativos,
- (A) a Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (B) apenas ao Judiciário compete anular atos da Administração, quando eivados de vício de legalidade, cabendo à própria Administração revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (C) a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, posto que deles não decorrem direitos adquiridos.
- (D) a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (E) a própria Administração ou o Judiciário devem revogar atos da Administração, por motivo de conveniência ou oportunidade, competindo apenas ao Judiciário anulá-los por vício de legalidade, situação em que deles não decorrem direitos adquiridos.
40. *A delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.*
- Essa definição legal refere-se à figura da
- (A) permissão de serviço público, considerada pela lei como ato administrativo unilateral, sendo, todavia, incompatível com o atual regime constitucional.
- (B) concessão de serviço público, considerada pela lei como contrato, sendo, todavia, incompatível com o atual regime constitucional.
- (C) permissão de serviço público, considerada pela lei como contrato, sendo compatível com o atual regime constitucional.
- (D) permissão de serviço público, considerada pela lei como ato administrativo unilateral, sendo compatível com o atual regime constitucional.
- (E) concessão de serviço público, considerada pela lei como contrato, sendo compatível com o atual regime constitucional.
41. Uma empresa privada, concessionária de serviço público, que cause dano a um usuário do serviço, responderá civilmente perante
- (A) a vítima, de modo objetivo, desde que seu empregado causador do dano tenha agido com dolo ou culpa.
- (B) a vítima, de modo objetivo, independentemente de que seu empregado causador do dano tenha agido com dolo ou culpa.
- (C) a vítima, de modo subjetivo, independentemente de que seu empregado causador do dano tenha agido com dolo ou culpa.
- (D) o Estado, de modo objetivo, desde que seu empregado causador do dano tenha agido com dolo ou culpa.
- (E) o Estado, de modo subjetivo, desde que seu empregado causador do dano tenha agido com dolo ou culpa.
42. Nos termos da Lei estadual do Amapá, nº 66/93, a licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida
- (A) sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por até 90 (noventa) dias, mediante parecer da Junta Médica, e, excedendo estes prazos, sem remuneração.
- (B) sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por até 90 (noventa) dias, sem remuneração, mediante parecer da Junta Médica.
- (C) sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 90 (noventa) dias, e, excedendo estes prazos, sem remuneração, mediante parecer da Junta Médica.
- (D) com prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por até 90 (noventa) dias, no máximo, mediante parecer da Junta Médica.
- (E) com prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada, sem limite específico, mediante parecer da Junta Médica.
43. Nos termos da Lei estadual do Amapá, nº 66/93, conceder-se-á indenização de transporte ao servidor
- (A) a título de compensação das despesas motivadas pela instalação na nova sede em que passar a ter exercício no interesse da administração.
- (B) que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos por força das atribuições próprias do cargo.
- (C) para fazer face a despesa de viagem fora do país, em objeto de serviço.
- (D) que se deslocar de sua sede em objeto de serviço, para atender a despesa de pousada, alimentação e locomoção urbana.
- (E) cujo deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo.
44. Considerando o disposto no Provimento Geral da Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, analise as seguintes afirmações:
- I. Para o cumprimento de carta precatória, como regra, é obrigatório o preparo prévio.
- II. Não poderão ser retidas, por falta de pagamento de custas, as precatórias expedidas em virtude de requerimento do Ministério Público.
- III. O prazo para cumprimento e devolução das Cartas Precatórias e de Ordem, em se tratando de réu preso, será de 10 (dez) dias, qualquer que seja a Entrada.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) I, II e III.



Direito Processual Civil

45. Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhe-ão contados em dobro os prazos

- (A) para contestar, recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- (B) somente para contestar.
- (C) somente para contestar e recorrer.
- (D) para contestar e em quádruplo para recorrer.
- (E) para recorrer e em quádruplo para contestar.

46. João ajuizou contra José, em Macapá, ação de indenização por danos materiais decorrentes de colisão de veículos ocorrida numa das vias públicas da cidade. José é domiciliado em São Paulo. A citação de José poderá ser feita

- (A) pelo correio, somente.
- (B) pelo correio ou por oficial de justiça, através de carta precatória.
- (C) por oficial de justiça, através de carta precatória, somente.
- (D) por oficial de justiça, através de carta rogatória, somente.
- (E) por oficial de justiça, através de carta de ordem, somente.

47. No procedimento ordinário, é INCORRETO afirmar que

- (A) o revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- (B) se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para a resposta correrá da intimação do despacho que deferir a desistência.
- (C) o recurso cabível contra a decisão que indeferir liminarmente a petição inicial, por considerar o autor parte manifestamente ilegítima, é o agravo de instrumento.
- (D) o juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença quando ocorrer a revelia.
- (E) o juiz poderá, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.

48. A respeito dos procedimentos cautelares específicos, é correto afirmar que

- (A) o depoimento pessoal figura entre as provas admitidas na justificação.
- (B) o protesto ou interpelação admite defesa e contraprotesto nos mesmos autos.
- (C) a exibição se restringe a documentos, não abrangendo coisa móvel.
- (D) a sentença que o juiz profere na ação cautelar antecipada de provas é meramente homologatória.
- (E) na busca e apreensão, a justificação prévia não pode ser feita em segredo de justiça.

49. O recurso adesivo

- (A) será interposto no prazo que a parte dispõe para responder.
- (B) pode ser conhecido se houver desistência do principal.
- (C) é admissível nos embargos de divergência.
- (D) não será admissível no recurso extraordinário.
- (E) pode ser interposto pelo terceiro prejudicado.

50. O recurso cabível da sentença que julga procedente o pedido de instituição de arbitragem e da sentença que confirma a antecipação dos efeitos da tutela é o de

- (A) agravo de instrumento.
- (B) apelação, só no efeito devolutivo.
- (C) apelação, no efeito devolutivo e suspensivo e apelação só no efeito devolutivo, respectivamente.
- (D) apelação, só no efeito devolutivo e apelação, no efeito devolutivo e suspensivo, respectivamente.
- (E) apelação, no efeito devolutivo e suspensivo.

51. A respeito da execução por quantia certa, considere:

- I. O seguro de vida não se inclui dentre os bens absolutamente impenhoráveis.
- II. Tratando-se de penhora em bem indivisível, a meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.
- III. A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito, mais trinta por cento.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) II.

52. A adjudicação dos bens penhorados

- (A) não pode ser requerida pelos descendentes ou ascendentes do executado.
- (B) só pode ser requerida após a tentativa de alienação por iniciativa própria ou por intermédio de corretor credenciado perante a autoridade judiciária.
- (C) só pode ser requerida após a realização da segunda praça, sem licitantes.
- (D) não pode ser requerida pelo credor com garantia real.
- (E) pode ser requerida pelo exequente, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, ainda que o valor do crédito seja superior ao dos bens.

**Direito Processual Penal**

53. Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que

- (A) é uma instrução provisória, preparatória e informativa, sendo o Ministério Público o seu destinatário imediato se se tratar de caso de ação penal pública incondicionada.
- (B) se tratando de caso de ação penal pública condicionada à representação, a Autoridade Policial pode instaurá-lo sem ela, pois, a representação só é necessária para a ação penal.
- (C) sempre que indiciar o autor do fato, a Autoridade Policial deve ordenar a sua identificação datiloscópica.
- (D) logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a Autoridade Policial deverá, se possível e conveniente, dirigir-se ao local, providenciando para que o mesmo seja preservado.
- (E) se o Promotor de Justiça requerer o seu arquivamento por falta de provas para a denúncia, o Juiz é obrigado a deferir o pedido e determinar o arquivamento.

54. Sobre o sequestro de bens imóveis adquiridos pelo indiciado com proventos da infração, previsto no Código de Processo Penal, considere:

- I. O sequestro será possível se o bem ainda estiver na propriedade do indiciado, não cabendo se ele o tiver transferido para terceiros.
- II. Para a decretação do sequestro bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.
- III. O pedido de sequestro será atuado em separado e seguirá o procedimento previsto para a penhora.
- IV. Concedido ou não o sequestro, da decisão cabe o recurso em sentido estrito.
- V. O sequestro pode ser embargado pelo acusado nos autos do processo penal sob qualquer fundamento e não admite embargos de terceiros.

Está correto o que consta SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, IV e V.

55. No processo penal, a prova

- (A) deverá ser produzida pelas partes, vedado ao juiz determinar, de ofício, a produção de qualquer outra prova.
- (B) quanto ao estado das pessoas, assim como todas as provas no processo penal, observarão as restrições estabelecidas na lei civil.
- (C) da alegação incumbirá a quem a fizer.
- (D) ilícita deve ser analisada em conjunto com as lícitas, podendo servir de base para a condenação se estiver em consonância com estas.
- (E) pericial consistente no exame de corpo de delito e outras perícias, será realizada por perito oficial, portador de curso superior, ou, na sua falta, por três pessoas idôneas, portadoras de curso médio completo.

56. O procedimento previsto no Código de Processo Penal para apuração de infrações penais será

- (A) comum ou especial classificado, neste último caso, em ordinário, sumário ou sumaríssimo.
- (B) ordinário, quando tiver por objeto apenas crime cuja sanção máxima cominada for superior a quatro anos de pena privativa de liberdade.
- (C) sumaríssimo, quando tiver por objeto apenas infração cuja sanção seja de prisão simples ou multa.
- (D) ordinário, quando se tratar de crime de competência do júri, qualquer que seja a pena cominada.
- (E) sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a quatro anos de pena privativa de liberdade.

57. As regras estabelecidas no Código de Processo Penal atinentes ao recebimento e rejeição da denúncia, à resposta do réu e ao julgamento antecipado, aplicam-se

- (A) também aos procedimentos penais de segundo grau.
- (B) aos procedimentos regulados no próprio Código de Processo, apenas.
- (C) ao procedimento ordinário, apenas.
- (D) a todos os procedimentos penais de primeiro grau, ainda que previstos em leis especiais.
- (E) a todos os procedimentos, com exceção do sumaríssimo previsto para infrações penais de menor potencial ofensivo.



58. Sobre as nulidades no processo penal, é correto afirmar que

- (A) nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que tenha dado causa, mas se apenas concorreu para que ela se verificasse, pode alegar o vício desde que o faça no momento oportuno.
- (B) sendo o exame de corpo de delito indispensável nas infrações que deixam vestígios, a sua ausência é causa de nulidade nada podendo suprir-lhe a falta.
- (C) a falta de intervenção do Ministério Público na ação penal privada subsidiária da pública é causa de nulidade absoluta.
- (D) a falta de citação do réu é causa de nulidade, não a sanando o seu comparecimento ainda que declare que o faz apenas com o fim de arguir o vício.
- (E) as incompetências *ratione personae* e *ratione materiae* são absolutas e, por isso, podem ser alegadas a qualquer tempo, implicando nulidade do processo.

59. Nos termos do Código de Processo Penal NÃO cabe recurso em sentido estrito da decisão que

- (A) julgar quebrada a fiança.
- (B) julgar procedente exceção de litispendência ou coisa julgada.
- (C) pronunciar o réu nos processos de júri.
- (D) julgar procedente exceção de suspeição.
- (E) indeferir o pedido de reconhecimento de prescrição.

60. Tendo sido o réu absolvido por ilegitimidade de parte por ser menor de dezoito anos e sendo descoberto, depois de transitada em julgado a sentença, que ele usara documento de identidade falso, restando comprovado que ele era maior de dezoito anos na data dos fatos,

- (A) o juiz anulará o processo, de ofício, e o enviará ao Ministério Público para as providências que entender cabíveis.
- (B) o Ministério Público pode pleitear a desconstituição do trânsito em julgado no mesmo processo por se tratar de decisão calcada em prova falsa.
- (C) nada pode ser feito para rever a decisão absolutória porque não existe revisão criminal *pro societate*.
- (D) o Ministério Público pode propor revisão criminal para reverter a decisão.
- (E) o juiz declarará inexistente a sentença absolutória porque baseada em prova falsa e determinará que se retome o andamento do processo.